

Randon Administradora de Consórcios Ltda.

Demonstrações financeiras
de 30 de junho de 2020
com Relatório do Auditor
Independente

Randon Administradora de Consórcios Ltda.

CNPJ 89.108.027/0001-58

NIRE 43205277921

Relatório da Administração

Caxias do Sul - RS, 14 de agosto de 2020.

1º Semestre de 2020

Prezados,

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras da Randon Administradora de Consórcios Ltda. relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2020, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

A Randon Administradora de Consórcios Ltda. (Administradora) foi constituída em 06 de agosto de 1987 e autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil em 10 de março de 1988.

A empresa atua com a marca própria Racon, nos segmentos de imóveis e veículos e sob a marca de parceiros de negócios, situação na qual se enquadram o Consórcio Nacional Randon, de implementos rodoviários, o Consórcio Nacional John Deere, de máquinas e equipamentos agrícolas, o Consórcio Nacional Volare, de mini ônibus, o Consórcio Nacional Foton Caminhões, de caminhões leves e o Consórcio Nacional DAF, de caminhões pesados. Por meio das franquias Racon e da rede de vendas dos parceiros fabricantes, a Randon Consórcios está presente em todo o território nacional, aliando a economia, o planejamento e as demais vantagens do consórcio à aquisição de bens.

Para a Randon Consórcios, o ano de 2020, vinha com boas expectativas em todos os segmentos de atuação. Dados como a redução do desemprego, aquecimento de alguns setores econômicos e expectativa de safra recorde fizeram com que o consumidor retomasse a sua confiança na aquisição de produtos. Mas, com a pandemia que se desencadeou pelo mundo, a instabilidade e as incertezas, tomaram conta de todo sistema econômico. Alguns setores foram impactados de forma negativa, entretanto outros, apresentaram demandas urgentes de curto prazo, principalmente nos setores alimentícios e saúde. Neste contexto, a Randon Consórcios segue empenhada em manter a sua trajetória com foco na manutenção dos seus resultados sustentáveis.

A carteira de Taxa Agregada da Administradora apresentou incremento em 2020, em relação ao comparativo com o 1º semestre de 2019, conforme demonstrado abaixo.

	2020	2019	2019
(Em milhares de reais)	1º Semestre	1º Semestre	Exercício
Taxa agregada acumulada	641.061	617.728	663.403

A Randon Consórcios detém uma carteira de cotas ativas no 1º semestre de 2020 composta de 64.932 cotas, distribuídas em 124 grupos ativos, com incremento de 1,85% sobre o mesmo período do ano anterior, mesmo com um leve recuo nas vendas de 2,04% em comparativo ao 1º semestre de 2019.

(Valores nominais)

	2020	2019	2019
	1º Semestre	1º Semestre	Exercício
Quantidade de cotas ativas	64.932	63.755	65.859
Quantidade de cotas vendidas	7.148	7.297	15.255

A Política de Reinvestimento de Lucros e de Distribuição de Dividendos

O Contrato Social da Administradora prevê o percentual mínimo de 25% para distribuição de dividendos ao fim do exercício, a menos que de outra forma seja acordado pelas partes, o saldo remanescente será transferido para Reserva Geral de Lucro, podendo, a critério das sócias, ser distribuído como lucros adicionais ou capitalizado.

Investimentos em Sociedades Coligadas e/ou Controladas

Não houveram investimentos em sociedades coligadas e/ou controladas durante os exercícios de 2020 e de 2019.

Principais Indicadores

- a) Receita Bruta– Resultado do primeiro semestre de 2020, R\$ 86,5 milhões 1,49% menor em relação ao mesmo período de 2019;
- b) Despesas Comissão – Resultado do primeiro semestre de 2020, R\$ 27,9 milhões, 10,28% menor observada no mesmo período de 2019;
- c) EBITDA – Resultado do primeiro semestre de 2020, R\$ 26,4 milhões, 6,9% maior comparado com o mesmo período de 2019;
- d) Lucro Líquido – Resultado do primeiro semestre de 2020, R\$ 16,8 milhões, neste mesmo período em 2019 o resultado foi de R\$16,6 milhões.

Estamos à disposição dos Senhores para quaisquer esclarecimentos adicionais que julgarem necessários.

Atenciosamente.

Diretoria

Diretor Superintendente: Joarez José Piccinini

Diretor: Augusto Giongo Letti

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração do fluxo de caixa - método indireto	8
Demonstração consolidada dos recursos de consórcios	9
Demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



Iguatemi Business
Avenida Nilo Peçanha, 2.900
9º andar - Chácara das Pedras
91.330-001- Porto Alegre - RS - Brasil
Tel: +55 51 3204-5500
ey.com.br

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e ao Conselho de Administração da
Randon Administradora de Consórcios Ltda.
Caxias do Sul - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Randon Administradora de Consórcios Ltda. ("Administradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcios levantada em 30 de junho de 2020 e a respectiva demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcios para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Randon Administradora de Consórcios Ltda. em 30 de junho de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcios levantada em 30 de junho de 2020 e a respectiva demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcios para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Administradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Randon Administradora de Consórcios Ltda. é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Administradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Administradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Administradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 14 de agosto de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Américo F. Ferreira Neto', is written over a horizontal line.

Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

Balanços patrimoniais em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

	Nota	30/06/2020	31/12/2019
Ativo			
Circulante		115.838	84.620
Caixa e equivalentes a caixa		1.746	1.062
Instrumentos financeiros		50.119	25.568
Títulos e valores mobiliários	7	50.119	25.568
Outros ativos		63.624	57.661
Recursos pendentes de recebimento	8	61.510	55.902
Outros créditos diversos	10	2.114	1.759
Outros valores e bens		349	329
Bens não de uso próprio		40	-
Despesas antecipadas		309	329
Não Circulante		36.967	36.420
Realizável a longo prazo		33.143	34.980
Créditos tributário	20.b	12.140	12.208
Outros ativos		20.853	22.583
Pagamentos a ressarcir	11	15.834	16.379
Outros créditos diversos	10	5.019	6.204
Outros valores e bens		150	189
Outros valores e bens		150	189
Permanente		3.824	1.440
Investimentos		10	9
Imobilizado de uso	12	3.709	1.874
Intangível	12	6.477	5.781
Depreciações e amortizações acumuladas		(6.372)	(6.224)
Imobilizado de uso	12	(1.576)	(1.500)
Intangível	12	(4.796)	(4.724)
Total do ativo		152.805	121.040

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	30/06/2020	31/12/2019
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Outros passivos		103.323	88.461
Fornecedores		681	514
Salários e encargos		2.907	2.551
Obrigações sociais e estatutárias		2.010	3.444
Obrigações fiscais e previdenciárias		9.666	3.185
Recursos pendentes de recebimento (grupos encerrados)	8	61.510	55.902
Recursos não procurados	9	10.694	9.058
Outras obrigações diversas	13	15.855	13.807
Exigível a longo prazo		457	398
Provisões	14	457	398
Riscos trabalhistas		457	398
Patrimônio líquido		49.025	32.181
Capital social	15	30.000	30.000
Reserva de lucros		2.031	2.031
Ajustes de avaliação patrimonial		150	150
Lucros acumulados		16.844	-
Total do passivo e do patrimônio líquido		152.805	121.040

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado

Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 30 de junho de 2019

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por quota)

	Nota	2020 1º Semestre	2019 1º Semestre
Receitas da intermediação financeira		372	430
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		372	430
Outras receitas/despesas operacionais		26.200	24.883
Receitas de prestação de serviços	16	86.538	87.851
Despesas de pessoal		(8.775)	(7.878)
Outras despesas administrativas	17	(41.988)	(46.778)
Despesas tributárias		(9.875)	(10.093)
Outras receitas operacionais	18	2.167	5.061
Outras despesas operacionais	18	(1.867)	(3.280)
Resultado operacional		26.572	25.313
Resultado antes dos tributos e participações		26.572	25.313
Tributos e participações sobre o lucro	20.a	(9.728)	(8.748)
Provisão para imposto de renda		(7.087)	(6.512)
Provisão para contribuição social		(2.573)	(2.344)
Impostos diferidos		(68)	108
Lucro líquido do semestre		16.844	16.565
Quantidade de quotas do capital (em milhares)	15	30.000	30.000
Lucro líquido por quota R\$		0,561	0,552

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos resultados abrangentes

Semestre findo em 30 de junho de 2020 e 30 de junho de 2019

(Em milhares de reais)

	30/06/2020	30/06/2019
Lucro líquido no semestre	16.844	16.565
Outros resultados abrangentes		
Ganho (perda) atuarial – Randonprev	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		
- Randonprev	-	-
Ganho (perda) atuarial – Randonprev		-
Total do resultado abrangente do semestre	16.844	16.565

Não há outros resultados abrangentes para o semestres findos em 30 de Junho de 2020 e 2019.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Semestre findo em 30 de junho de 2020 e 30 de junho de 2019

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	30.000	10.859	171	-	41.030
Lucro líquido do semestre	-	-	-	16.565	16.565
Saldos em 30 de junho de 2019	30.000	10.859	171	16.565	57.595
Mutações do semestre	-	-	-	16.565	16.565
Saldos em 31 de dezembro de 2019	30.000	2.031	150	-	32.181
Lucro líquido do semestre	-	-	-	16.844	16.844
Saldos em 30 de junho de 2020	30.000	2.031	150	16.844	49.025
Mutações do semestre	-	-	-	16.844	16.844

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do fluxo de caixa - método indireto
semestre findo em 30 de junho de 2020 e 30 de junho de 2019

(Em milhares de reais)

	2020 1º Semestre	2019 1º Semestre
Fluxos de caixa das atividades operacionais:		
Lucro líquido do semestre	16.844	16.565
Ajustes ao lucro líquido		
Depreciação e amortização	148	144
Reversão/provisão com comissões	15	(1.724)
Provisão/reversão com empréstimos	852	299
Provisão/reversão de outras provisões operacionais	567	1.674
Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos	9.728	8.748
Lucro líquido ajustado	28.154	25.706
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução em títulos e valores mobiliários	(24.551)	(8.698)
Aumento (redução) em outros créditos	(5.087)	8.500
Aumento (redução) outros valores e bens	19	62
Aumento (redução) em outras obrigações	12.351	(18.019)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(7.671)	(7.932)
Caixa proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais	3.215	(381)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos:		
Aquisição de imobilizado de uso e intangível	(2.531)	(91)
Recebimento de dividendos	-	(1)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(2.531)	(92)
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	684	(473)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	1.062	1.038
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	1.746	565
Aumento (Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	684	(473)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração consolidada dos recursos de consórcios
30 de junho de 2020 e exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

	Nota	30/06/2020	31/12/2019
Ativo			
Circulante		1.404.678	1.368.556
Caixa e equivalentes a caixa		96	1.501
Aplicações financeiras	6	467.204	450.245
Outros créditos		937.378	916.810
Adiantamento de recursos a terceiros		842	1.058
Bens apreendidos		13.801	15.471
Direitos junto a consorciados contemplados		922.734	900.280
Cheques e outros valores a receber		1	1
Compensação		9.910.597	10.256.412
Previsão mensal de recursos a receber		61.463	59.791
Contribuições devidas ao grupo		5.045.500	5.217.334
Valor dos bens ou serviços a contemplar		4.803.634	4.979.287
Total do ativo e compensação		11.315.275	11.624.968
Passivo			
Circulante		1.404.678	1.368.556
Outras obrigações		1.404.678	1.368.556
Obrigações com consorciados		741.615	726.066
Valores a repassar		7.780	7.298
Obrigações por contemplações a entregar		430.137	413.879
Obrigações com a administradora		353	4.252
Recursos a devolver a consorciados		138.162	131.642
Recursos dos grupos		86.631	85.419
Compensação		9.910.597	10.256.412
Recursos mensais a receber de consorciados		61.463	59.791
Obrigações do grupo por contribuições		5.045.500	5.217.334
Bens ou serviços a contemplar		4.803.634	4.979.287
Total do passivo e compensação		11.315.275	11.624.968

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos Semestre findo em 30 de junho de 2020 e 30 de junho de 2019

(Em milhares de reais)

	2020 1º Semestre	2019 1º Semestre
Disponibilidades no início do semestre/exercícios	451.747	448.646
Depósitos bancários	1.501	-
Cheques e outros valores a receber	1	1
Aplicações financeiras do grupo	37.423	38.532
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações	412.822	410.113
(+) Recursos coletados	649.868	630.916
Contribuições para aquisição de bens	545.914	520.111
Taxa de administração	84.700	85.641
Contribuições ao fundo de reserva	6.706	6.885
Rendimentos de aplicações financeiras	6.118	11.815
Multas e juros moratórios	1.281	1.343
Prêmios de seguros	1.805	1.980
Custas judiciais	49	48
Outros	3.295	3.093
(-) Recursos utilizados	(634.312)	(598.204)
Aquisição de bens	(527.560)	(493.118)
Taxa de administração	(84.700)	(85.640)
Multas e juros moratórios	(641)	(672)
Prêmios de seguros	(1.823)	(1.983)
Custas judiciais	(116)	(122)
Devolução a consorciados desligados	(9.468)	(9.086)
Outros	(10.004)	(7.583)
Disponibilidades no final do semestre/exercícios	467.301	481.358
Depósitos bancários	96	1.076
Cheques e outros valores a receber	1	1
Aplicações financeiras do grupo	37.909	35.039
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações	429.295	445.242

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Randon Administradora de Consórcios Ltda. ("Administradora"), sediada em Avenida Rubem Bento Alves, nº 1469, Bairro Interlagos em Caxias do Sul – RS, tem como objetivo a administração de grupos de consórcio para aquisição de bens de consumo duráveis. Os recursos recebidos dos grupos de consórcio são utilizados na aquisição dos bens, sendo o excedente aplicado no mercado financeiro. A Administradora é controlada diretamente pela Randon S.A Implementos e indiretamente pela Dramd Participações e Administração Ltda.

Impactos Covid-19

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde ("OMS") anunciou uma emergência de saúde global devido a um surto de Coronavírus (COVID-19) originário de Wuhan na China, atentando para os riscos na comunidade internacional, considerada a capacidade de o vírus se espalhar globalmente, indo além do seu ponto de origem. Em março de 2020, a OMS classificou o surto de COVID-19 como uma pandemia.

A Administradora está tomando todas as medidas necessárias para proteção dos funcionários e auxílio no combate à Covid-19. Entre as medidas adotadas estão: a medição de temperatura de funcionários, disponibilização de máscaras, intensificação na higienização dos ambientes coletivos, além da adoção de trabalho à distância.

A administração avaliou os principais riscos e impactos contábeis, além das incertezas que poderiam afetar as referidas contabilizações e divulgações expressas nas demonstrações financeiras. Na data de emissão destas demonstrações financeiras, a Administradora não identificou riscos à continuidade de seus negócios, às estimativas e julgamentos contábeis.

A administração entende que as demonstrações financeiras semestrais da Randon Administradora de Consórcios Ltda. não apresentam impactos relevantes no semestre findo em 30 de junho de 2020. A administração da Randon Administradora de Consórcios Ltda. continua com o monitoramento e ações a serem tomadas em relação ao COVID-19.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) aplicado às Administradoras de Consórcios e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Banco Central do Brasil até o momento.

As transações relacionadas com as operações dos grupos de consórcio são mantidas em contas de compensação e resumidas por meio das demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio e das variações nas disponibilidades dos grupos, que estão sendo apresentadas para os períodos findos em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

A autorização para conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 14 de agosto de 2020.

3. Resumo das principais práticas contábeis

1.1. Administradora

a) Apuração do resultado

A taxa de administração dos grupos de consórcio é reconhecida como receita por ocasião do recebimento das parcelas conforme artigo 8º, § 2º da Circular nº 2.381/1993 do Banco Central do Brasil. As despesas de comissões de vendas das cotas de consórcio são apropriadas ao resultado por ocasião dos recebimentos das parcelas dos consorciados pela qual as comissões estão vinculadas e classificadas na rubrica "Outras despesas administrativas". As demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência mensal.

b) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068/01 do Banco Central do Brasil, e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, a critério da administração, em três categorias, a saber: títulos para negociação - avaliados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do semestre/exercício; títulos disponíveis para a venda - avaliados ao valor de mercado em contrapartida a conta específica do patrimônio líquido; e títulos mantidos até o vencimento - avaliados pela taxa intrínseca dos títulos em contrapartida ao resultado do semestre/exercício.

c) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos auferidos, bem como, quando aplicável, deduzidos das correspondentes provisões para perdas e rendas a apropriar.

d) Investimentos

Os investimentos são avaliados pelo custo, líquido de provisão para perdas, quando aplicável.

e) Imobilizado de uso e intangível

É demonstrado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação e amortização acumuladas. As depreciações e amortizações são calculadas linearmente, utilizando-se as taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 12 e leva em consideração a vida útil estimada dos bens.

f) Redução ao valor recuperável

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

g) Imposto de renda, contribuição social e créditos tributários

A provisão para imposto de renda foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real que exceder a R\$ 240 no ano (R\$ 120 no semestre), e a contribuição social à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação. O imposto de renda e a contribuição social sobre as diferenças temporárias estão apresentados líquidos no ativo não circulante na rubrica de "Outros créditos diversos" e refletidos no resultado do semestre. Estes créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração. A realização desses créditos tributários ocorrerá quando da realização das provisões constituídas.

h) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidas, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

i) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios descritos abaixo:

- Ativos contingentes - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- Passivos contingentes - são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

j) Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

A Administradora é patrocinadora de plano de previdência complementar, do tipo Contribuição Definida e um Benefício Mínimo garantido, equivalente a 1 (um) salário básico contratual para cada 10 anos de serviço prestado às Empresas Randon, limitado a 30 anos, o que lhe dá a característica de um Plano Misto.

O Plano de Previdência, gerida pelo Randonprev Fundo de Pensão, uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, tem como objetivo principal a suplementação de renda pós-carreira, aos empregados das Empresas Randon.

O referido plano contempla os seguintes benefícios: aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, benefício proporcional e benefício mínimo garantido.

A Administradora reconhece sua obrigação com o plano de benefício aos seus empregados, e, quando aos custos relacionados, líquidos dos ativos do plano, adotando as seguintes práticas:

- (a) Os custos com o Plano de Pensão, e dos benefícios pós-emprego adquiridos pelos empregados, são determinados atuarialmente, usando o método da unidade de crédito projetada e a melhor estimativa da Administração da performance esperada dos investimentos do plano para fundos, crescimento salarial, idade de aposentadoria dos empregados. A taxa de desconto usada para mensurar as obrigações das Empresas Randon, com o pagamento dos benefícios de pós-emprego, baseia-se na taxa no mercado financeiro com perspectiva de longo prazo;
- (b) Os ativos do plano de pensão são avaliados a valor de mercado;
- (c) Os custos do serviço passado decorrente de correções do plano foram amortizados linearmente durante os primeiros 20 anos, que teve início em Junho de 1994, não possuindo saldo remanescente de serviço anterior prestado pelos empregados em atividade;
- (d) Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente no resultado abrangente do exercício;
- (e) Reduções do plano resultam de alterações significativas do tempo de serviço esperado dos empregados ativos. É reconhecida uma perda líquida com redução quando o evento é provável e pode ser estimado, enquanto que o ganho líquido com redução é diferido até a sua realização.

Na contabilização dos benefícios de pensão e pós-emprego, são usadas várias estatísticas e outros fatores, com objetivo de antecipar futuros eventos, no cálculo da despesa e das obrigações relacionadas com o Plano. Esses fatores incluem premissas de taxa de desconto, retorno esperado dos ativos do plano e taxa de crescimento da massa salarial.

Adicionalmente, consultores atuariais também usam fatores subjetivos, como taxas de desligamento, rotatividade e mortalidade para estimar estes fatores. As premissas atuariais usadas pela Administradora, são baseadas em estudos de aderência realizado pelo atuário, como inflação de longo prazo compatível com os fluxos de pagamento das obrigações avaliadas, hipóteses de rotatividade e hipóteses de mortalidade e de inválidos.

k) Outros benefícios a empregados

Outros benefícios concedidos a empregados e administradores da Administradora incluem, em adição à remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros e plano de previdência privada - contribuição definida, (Nota Explicativa nº 23). Esses benefícios são registrados no resultado do semestre/exercício quando a Administradora tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

l) Lucro por quota

É obtido através da divisão do lucro líquido do semestre/exercício pelo número de quotas na data base das demonstrações financeiras.

1.2. Dos grupos de consórcio

a) Disponibilidades e aplicações financeiras

Representam os recursos disponíveis e ainda não utilizados pelos grupos, aplicados segundo determinações e classificados de acordo com as Circulares nºs 3.432 e 3.524 do Banco Central do Brasil. O rendimento dessas aplicações é incorporado ao fundo comum de cada grupo diariamente, não incidindo sobre estas taxa de administração.

As aplicações financeiras são efetuadas em fundos de investimentos e títulos públicos pós-fixados, emitidos pelo Tesouro Nacional, e foram avaliadas, respectivamente, com base no valor das quotas divulgados pelo administrador do fundo na data do balanço, e custo de aquisição acrescido da receita auferida até a data do balanço, que não difere do valor de mercado.

b) Direitos junto a consorciados contemplados

Representam as contribuições a receber a título de fundo comum e fundo de reserva de consorciados contemplados.

c) Obrigações com consorciados

Representam as contribuições de consorciados não contemplados para aquisição de bens, a título de fundo comum, e os valores recebidos cuja destinação não foi identificada.

d) Obrigações por contemplações a entregar

Representam os compromissos pela entrega de bens a consorciados contemplados, acrescidos dos respectivos rendimentos financeiros.

e) Recursos a devolver a consorciados

Representam as obrigações dos grupos relativas aos recursos a serem devolvidos aos consorciados desistentes e excluídos, devidamente atualizados.

f) Recursos dos grupos

Representam os recursos dos grupos a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento dos grupos, formado pelo saldo de fundo de reserva ainda não utilizado, rendimentos de aplicações financeiras não vinculadas à contemplação, multa, juros e outros valores retidos.

- g) Previsão mensal de recursos a receber de consorciados e recursos mensais a receber de consorciados

Demonstram a previsão de recebimento de contribuições (fundo comum e fundo de reserva) de consorciados ativos para o mês seguinte ao do encerramento das demonstrações financeiras, deduzida da taxa de administração e dos prêmios de seguro, com base no valor do bem vigente na data das demonstrações financeiras.

- h) Contribuições devidas ao grupo e obrigações do grupo por contribuições

Referem-se às contribuições (fundo comum e fundo de reserva) devidas pelos consorciados ativos até o final dos grupos calculados com base no valor do bem vigente em 30 de junho de 2020.

- i) Valor dos bens ou serviços a contemplar

Correspondem ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, calculado com base no preço do bem vigente na data do balanço.

- j) Demonstração das variações consolidadas nas disponibilidades de grupos

i. Recursos coletados

Representam os recursos coletados dos consorciados pelos grupos e os rendimentos deles decorrentes.

O valor da contribuição mensal para aquisição de bens recebidos dos participantes dos grupos é determinado com base no valor do bem e no percentual de pagamento estabelecido para cada contribuição, de acordo com o prazo de duração dos grupos, acrescido substancialmente da taxa de administração, fundo de reserva e dos prêmios de seguro.

ii. Recursos utilizados

Representam todos os pagamentos realizados pelos grupos, decorrentes dos diversos compromissos, inclusive a taxa de administração.

4. Estimativas e premissas contábeis significativas

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Na preparação destas informações financeiras, a Administração deve exercer, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Administradora e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas.

As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir:

- a) Provisão para perdas de empréstimos

A Administradora utiliza critérios específicos de provisão para calcular a perda de empréstimos a grupos. Os percentuais de provisão aplicados considera o prazo como item fundamental para considerar a provisão de perda. A quantidade de perdas esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas.

b) Provisões para comissão

A provisão de comissão com vendas é reconhecida no momento em que ocorre a realização dos valores, e também onde temos a evidência e a confiabilidade de que a mesma irá se realizar efetivamente. O consorciado por ser um investidor e não um devedor poderá efetuar diversas negociações, como; deixar de efetuar os pagamentos e ter sua cota cancelada, realizar negociações, como por exemplo: aditamentos, repactuações, e nestes casos o cliente fica adimplente, porém a parcela não é paga, realizar trocas de faixa para um crédito de maior ou menor valor, casos em que o valor da comissão altera, desistir da cota, entre outros.

c) Provisão para promoção de vendas

A Administradora realiza campanhas que tem como objetivo incentivar e alavancar vendas. Dependendo das mudanças nas circunstâncias econômicas esta despesa pode não se realizar conforme o previsto, ou seja, o resultado será proporcional ao atingimento das metas.

d) Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

A Administradora reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

5. Resumo das operações de consórcios

As operações de consórcios apresentam a seguinte posição em:

	30/06/2020	31/12/2019
Grupos administrados	124	127
Consortados ativos	64.932	65.859
Consortados desistente/excluído no semestre	2.935	2.619
Consortados desistente/excluído total	36.177	35.420
Bens pendentes de entrega	5.228	5.178
Bens entregues no semestre	3.745	4.042
Bens entregues total	28.702	27.818
Taxa de inadimplência	1,67%	1,83%

6. Aplicações financeiras

Em 30 de junho de 2019 e 31 dezembro de 2019 os grupos de consórcios possuem aplicações interfinanceiras de liquidez, podendo ser resgatados em qualquer tempo, e estando registrados pelos seus valores de aplicações, acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço, apresentados como segue:

					30/06/2020		31/12/2019	
	Sem vencimento	A vencer até 3 meses	A vencer entre 3 e 12 meses	A vencer mais de 12 meses	Valores de mercado/ contábil	Marcação a mercado	Valores de mercado/ contábil	Marcação a mercado
Grupos de consórcios								
Letra Financeira do Tesouro (LFT	-	35.874	109.670	39.394	184.938	184.938	167.022	167.022
Fundos de investimento)	282.266	-	-	-	282.266	282.266	283.223	283.223
Total	282.266	35.874	109.670	39.394	467.204	467.204	450.245	450.245

7. Títulos e valores mobiliários

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a Administradora possui somente aplicações em títulos classificados como para negociação, os quais são registrados pelos seus valores de aplicações, acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço, que não diferem de valores de mercado, apresentados como segue:

					30/06/2020		31/12/2019	
	Sem vencimento	A vencer entre 3 e 12 meses	A vencer mais de 12 meses	Valores de mercado/ contábil (i)	Marcação a mercado	Valores de mercado/ contábil (i)	Marcação a mercado	
Títulos para negociação								
Fundos de investimento	4.627	-	-	4.627	4.627	3.798	3.798	
Certificado de depósito bancário (CDB Pós-fixado)	-	8.058	27.344	35.402	35.402	13.099	13.099	
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	-	8.382	1.708	10.090	10.090	8.671	8.671	
Total	4.627	16.440	29.052	50.119	50.119	25.568	25.568	

(i)O valor de mercado dos títulos privados é correspondente aos preços dos ativos na CETIP - Mercados Organizados. As aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas. O valor de mercado dos títulos públicos federais foram obtidos através de preços divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

8. Recursos pendentes de recebimento - Administradora

Referem-se a recursos a receber oriundos de cobrança judicial decorrentes de encerramentos dos grupos transferidos para a Administradora, conforme determina a Circular nº 3.432/09 do Banco Central do Brasil, sendo que, as respectivas obrigações de ratear os valores proporcionalmente entre os beneficiários, quando recuperados, estão registradas na conta de recursos pendentes de recebimento no passivo. O valor de recursos pendentes de recebimento em 30 de junho de 2020 é de R\$ 61.510 (R\$ 55.902 em 31 de dezembro de 2019).

9. Recursos não procurados - Administradora

Referem-se aos recursos a devolver a consorciados desistentes, excluídos e provenientes de rateios de saldos, transferidos para a Administradora e mantidos à disposição dos participantes desses grupos encerrados, os quais são atualizados monetariamente, com base em aplicações financeiras indexadas ao CDI. O valor de recursos não procurados em 30 de junho de 2020 é de R\$ 10.694 (R\$ 9.058 em 31 de dezembro de 2019).

10. Outros créditos diversos e provisão com outros créditos - Administradora

A conta outros créditos - diversos possui a seguinte composição:

	30/06/2020	31/12/2019
Empréstimos a grupos encerrados (a)	29.445	29.755
(-) Provisão para perda com empréstimos a grupos encerrados (a)	(24.924)	(24.072)
Devedores diversos	662	435
Adiantamento e antecipações salariais	393	160
Impostos a compensar	215	108
Depósitos judiciais (Nota 14)	500	519
Direitos por adiantamentos a terceiros (b)	842	1.058
Total	7.133	7.963
Circulante	2.114	1.759
Realizável a longo prazo	5.019	6.204

a) Empréstimos a grupos e provisão para perda com empréstimos a grupos encerrados

Referem-se a perda com empréstimos conforme detalhado na Nota Explicativa nº 4.a, realizados a grupos de consórcios administrados pela Administradora, por meio de análise de situação financeira dos grupos tomadores onde a respectiva provisão de perda constituída pela Administradora tem como base uma política aonde ao final de 5 anos é realizada a provisão de 100% do empréstimo.

b) Direitos por adiantamentos a terceiros

Referem-se a adiantamentos concedidos a fornecedores, relativos a recursos antecipados de grupos de consórcios, efetuados de acordo com a Carta-Circular nº 3.047/02 do Banco Central do Brasil, sendo que as respectivas antecipações estão registradas na conta de obrigações por adiantamentos de terceiros. Valor também é apresentado na Nota Explicativa nº 13.b Outras obrigações diversas.

11. Pagamentos a ressarcir - Administradora

Referem-se a investimento em cotas de consórcio dos grupos administrados pela própria Administradora. Os valores estão distribuídos em grupos de imóveis e outros bens, sendo eles automóveis, máquinas e equipamentos agrícolas, carrocerias, caminhões e ônibus. Em 30 de junho de 2020 e 2019 o saldo em aberto estava composto de investimentos nos seguintes segmentos de consórcios:

Segmento	30/06/2020	31/12/2019
Bens imóveis	11.408	11.090
Bens móveis	4.426	5.289
Total	15.834	16.379

Em atendimento a Lei nº 11.795, de 8 de outubro de 2008, os créditos correspondentes a participação da Administradora em grupos de consórcios por ela administrados são atribuídos após a contemplação de todos os demais consorciados do Grupo, sendo desta forma integralmente registrada em ativo não circulante.

12. Imobilizado de uso e intangível - Administradora

O imobilizado de uso e intangível da Administradora possuem a seguinte composição:

	2019			2020			Vida útil média	% ano
	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Líquido	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Líquido		
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	-	-	546	(2)	544	10 anos	10
Móveis e utensílios	659	(578)	81	1.715	(595)	1.120	8 anos	12,5
Computadores e periféricos	1.163	(870)	293	1.396	(927)	469	5 anos	20
Veículos	52	(52)	-	52	(52)	-	-	-
Imobilizado de uso	1.874	(1.500)	374	3.709	(1.576)	2.133		
Sistemas de processamento de dados	5.781	(4.724)	1.057	6.477	(4.796)	1.681	-	-
Intangível	5.781	(4.724)	1.057	6.477	(4.796)	1.681		

13. Outras obrigações diversas - Administradora

A conta Outras obrigações diversas possui a seguinte composição:

	30/06/2020	31/12/2019
Saldo remanescente de grupos a pagar (a)	4.644	3.950
Provisões para pagamento de comissões	6.639	6.624
Provisão programa de incentivo de vendas	3.227	1.265
Obrigações por adiantamento a terceiros (b)	842	1.058
Outros débitos	503	910
Total	15.855	13.807

a) Saldo remanescente de grupos a pagar

Referem-se a obrigações decorrentes de encerramentos dos grupos de consórcio cujos recursos foram transferidos para a Administradora, conforme determina a Circular nº 3.432/09 do Banco Central do Brasil, atualizadas de acordo com os rendimentos proporcionados pelas aplicações dos recursos.

b) Obrigações por adiantamentos a terceiros

Referem-se a adiantamentos recebidos de grupos de consórcio que foram concomitantemente repassados na forma de adiantamentos concedidos a fornecedores, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 10.b Outros créditos diversos.

14. Provisão para riscos cíveis e trabalhistas

a) Administradora

A Administradora é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas e cíveis.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu uma provisão para riscos cíveis e trabalhistas para a data base, tendo em vista a existência de ações judiciais com probabilidade de perda provável.

A Administradora possui os seguintes montantes de ações judiciais classificadas como de perda provável e possível, com valores atualizados até 30 de junho de 2020 e dezembro de 2019:

Natureza	Provável		Possível		Depósito Judicial (Nota 10)	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Trabalhista	457	398	205	88	500	519
Cível	-	-	1.708	1.708	-	-
Total	457	398	1.913	1.796	500	519

Movimentação da provisão para riscos trabalhistas

	30/06/2020	31/12/2019
Saldo inicial	398	395
Constituição de provisão	59	20
Reversão de provisão	-	(17)
Saldo final	457	398

b) Grupos de consórcios

Nas ações judiciais envolvendo consorciados, referente a processos de cobrança, reembolso de valores, ações revisionais, indenizações, entre outras, a Administradora é parte como representante dos grupos de consórcios por ela administrados, e eventuais desembolsos financeiros adicionais decorrentes destes processos são cobertos pelos recursos destes grupos de consórcios.

Com base em informações dos assessores jurídicos, os processos judiciais com probabilidade de perda possível envolvendo os cotistas dos grupos de consórcios em 30 de junho de 2020 é de R\$ 21.188 (R\$ 20.472 em 31 de dezembro de 2019).

15. Patrimônio líquido - Administradora

Capital Social

O capital social é de R\$30.000, representado por 30.000.000 quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada, em 30 de junho de 2020 e 2019.

Destinação do lucro

Ao término de cada exercício social o lucro líquido apurado, após as deduções e amortizações legais, será destinado como segue: (a) 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, serão distribuídos aos quotistas, a menos que de outra forma seja acordado pelas sócias; e, (b) o saldo será transferido para conta "Reserva geral de lucros", podendo, a critério dos quotistas, serem distribuídos como lucros adicionais ou capitalizados.

No 1º semestre de 2020 a Administradora não realizou destinação do lucro. O valor destinado para reserva de lucros tem a finalidade de investimentos e ou manutenção do capital de giro, limitado a 100%, podendo ainda ser distribuídos como dividendos se aprovado pelos sócios.

16. Receitas de prestação de serviços - Administradora

Refere-se, basicamente, a taxa de administração cobrada dos grupos de consórcio.

A taxa de administração é cobrada dos participantes dos grupos, no ato do recebimento das prestações mensais para aquisição de bens, em média de 14,50% (14,44% em junho de 2019) sobre o valor da referida contribuição. O valor de receitas de prestação de serviços no semestre totalizaram R\$ 86.538 (R\$ 87.851 no semestre findo em 30 de junho de 2019).

17. Outras despesas administrativas - Administradora

A conta de outras despesas administrativas possui a seguinte composição:

	30/06/2020	30/06/2019
Despesas/provisões de comissões sobre vendas	27.977	31.182
Serviços de terceiros	3.398	3.646
Promoções	4.162	4.468
Propaganda e publicidade	1.493	1.774
Perdas com empréstimos a grupos	594	784
Manutenção e conservação de bens	1.022	1.118
Viagens	394	762
Despesas com comunicação	292	366
Depreciação e amortização	148	144
Despesas de aluguéis	115	93
Outras	2.393	2.441
Total	41.988	46.778

18. Outras receitas e despesas operacionais - Administradora

As contas de outras despesas e receitas operacionais possuem a seguinte composição:

	30/06/2020	30/06/2019
Reversão provisão perda empréstimos a grupos	544	2.374
Multas e juros recebidos	692	927
Taxa de manutenção de consorciados não localizados	638	569
Variações monetárias ativas	236	649
Outras receitas operacionais	57	542
Total de outras receitas operacionais	2.167	5.061
Provisão para perdas com empréstimos a grupos	(1.397)	(2.673)
Outras provisões operacionais	(67)	(87)
Outras despesas eventuais	(403)	(520)
Total de outras despesas operacionais	(1.867)	(3.280)

19. Transações com partes relacionadas - Administradora

As transações com partes relacionadas restringem-se a prestação de serviços administrativos, utilização de bens imóveis, contratos de mútuo, valor de conta aplicação todos devidamente suportados contratos entre as partes.

	Ativo		Passivo		Resultado	
	Aplicações e outros créditos		Contas a pagar		(Receitas)Despesas	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	30/06/2019
Randon S.A. Implementos e Participações	7	-	88	130	1.563	1.809
Master Sistemas Automotivos Ltda.	-	-	-	-	68	4
Castertech Fundição e Tecnologia Ltda.	-	-	-	-	4	3
Banco Randon S.A.	27.412	10.939	-	-	(555)	-
	27.4-19	10.939	88	130	1.080	1.816

A Randon S.A Implementos e Participações (controladora) possui investimentos em cotas de grupos de consórcios mantidos pela Administradora, no montante de R\$ 1.466 (R\$ 6.059 em 31 de dezembro de 2019).

Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal chave da Administração paga no semestre findo em 30 de junho de 2020 foi de R\$ 740 (R\$ 633 no semestre findo em 30 de junho de 2019) e referente a benefícios de curto prazo (remuneração) e de R\$ 26 (R\$ 26 no semestre findo em 30 de junho de 2019) referente a benefícios de longo prazo (plano de previdência).

A Administradora não pagou rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

20. Imposto de renda e contribuição social - Administradora

- a) Demonstração do imposto de renda e da contribuição social incidente sobre as operações do semestre

	30/06/2020	30/06/2019
Resultado antes da tributação sobre o lucro	26.572	25.313
Encargos (imposto de renda e contribuição social) à alíquota nominal de 25% e 9%, respectivamente	(9.034)	(8.606)
Adições permanentes	(205)	(245)
Exclusões permanentes	77	91
Outros ajustes	(566)	12
Total	(9.728)	(8.748)
IRPJ e CSLL correntes	(9.660)	(8.856)
IRPJ e CSLL diferidos	(68)	108
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(9.728)	(8.748)

- b) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos e previsão de realização dos créditos tributários

Créditos tributários	31/12/2019	Constituições	Reversões	30/06/2020
Provisão para perdas de empréstimos a grupos	8.184	772	(482)	8.474
Provisão para comissões	2.252	5.045	(5.618)	1.679
Provisão para riscos trabalhistas	135	40	(20)	155
Outros	1.637	5.809	(5.614)	1.832
	12.208	11.666	(11.734)	12.140

Créditos tributários	31/12/2018	Constituições	Reversões	31/12/2019
Provisão para perda de empréstimos a grupos	8.300	1.926	(2.042)	8.184
Provisão para comissões	1.916	13.532	(13.196)	2.252
Provisão para riscos trabalhistas	134	7	(6)	135
Outros	1.162	4.395	(3.920)	1.637
	11.512	19.860	(19.164)	12.208

Baseada no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com a Circular nº 3.174 do Banco Central do Brasil, a Administradora estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

Ano de realização	30/06/2020	31/12/2019
2020	4.529	5.560
2021	2.433	1.657
2022	1.726	1.664
2023	1.726	1.664
2024	1.726	1.664
Créditos tributários líquidos	12.140	12.209

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do período.

O valor presente dos créditos tributários líquidos, calculados considerando o custo de capital da Administradora, monta R\$ 9.675 em 30 de junho de 2020 (R\$ 9.843 em 31 de dezembro de 2019), com uma taxa média de 10% a.a (10% em 31 de dezembro de 2019) com base nas projeções definidas pela Administração.

O total de créditos tributários existentes na data-base de referência está de acordo com o limite estabelecido na Circular nº 3.174/03 do Banco Central do Brasil.

21. Limite de alavancagem - Administradora

Nos termos da Circular nº 3.524/11, o limite de alavancagem das administradoras de consórcios é de 6 (seis) vezes o valor de seu Patrimônio Líquido Ajustado, sendo que em 30 de junho de 2020 a Administradora apresenta um limite de alavancagem de 1,64 (2,23 em 31 de dezembro de 2019).

22. Limite de imobilização - Administradora

Nos termos da Circular nº 3.524/11, o Ativo Permanente das administradoras de consórcios não pode ultrapassar 100% do PLA - Patrimônio Líquido Ajustado, sendo que em 30 de junho de 2020 a Administradora apresenta um grau de imobilização de 7,80% (4,47% em 31 de dezembro de 2019).

23. Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários - Administradora

A Administradora é patrocinadora da RANDONPREV - Plano de Pensão, que tem como objetivo principal a suplementação de benefícios assegurados e prestados pela previdência social aos seus empregados. O plano de suplementação é do tipo contribuição definida de aposentadoria para seus funcionários, com regime financeiro de capitalização.

O plano é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, por atuário independente, para verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos atuais e futuros.

Não houve mudanças significativas no plano, no número de participantes e nas premissas durante o período findo em 30 de junho de 2020, em relação àquelas utilizadas em 31 de dezembro de 2019. As contribuições efetuadas no semestre totalizaram R\$ 105 (R\$ 89 no semestre findo em 30 de junho de 2019.) O montante da contribuições à Randonprev em 30 de junho de 2020 é de R\$ 50 (R\$ 46 em 31 de dezembro de 2019), registrado na rubrica de "Outras Obrigações".

24. Gestão do capital

O gerenciamento do capital compreende o monitoramento e controle do capital, bem como a avaliação das necessidades de capital para fazer frente aos riscos ao qual a instituição está sujeita.

A estrutura e o gerenciamento do capital são realizados pela instituição líder do Conglomerado Prudencial Randon, considerando os dados financeiros consolidados e os objetivos estratégicos da instituição, bem como a complexidade e natureza de suas operações.

Diretoria

Diretor Superintendente: Joarez José Piccinini

Diretor: Augusto Giongo Letti

Contadora
Dionéia Canal
CRC-RS 61.981/0-3